

ACTA 4/2006

*Apresentado em
Votaram 24 votos de
PSD, 5 PS, 1 CDU, 1 Ind. p. t. e
2 abstenções 1 da CDU e
independente 22/21/02*

-- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e seis, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia; 3) Projecto de Regulamento de Ocupação do Domínio Público com Esplanadas do Município de Mafra; 4) Projecto das Alterações das Taxas referentes a Ocupação do Domínio Público com Esplanadas do Município de Mafra; 5) Lançamento de Derrama para 2007; 6) Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007; 7) Regimento da Assembleia Municipal. -----

-- Passavam dez minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por iniciada a sessão, referindo que "o Senhor Nuno Sardinha é substituído pelo Senhor José Lourenço Alves Nascimento e o Senhor Manuel Pimenta pelo Senhor José Azevedo Rua." -----

-- O Secretário da Mesa fez a chamada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, abriu o período antes da ordem do dia, dizendo que "foram distribuídas as actas número dois e número três de dois mil e seis, respectivamente de vinte e seis de Abril e vinte e oito do mês de Junho." -----

-- O Senhor Armando Madeira referiu que "em relação às actas, gostaria de dizer apenas que em relação à acta número três, nós deputados da CDU não estivemos presentes, pelo que nos iremos abster. Na acta número dois foram detectadas aqui algumas imprecisões, mais de linguagem, quando se diz que a CDU manifesta a sua inteira «responsabilidade», não é responsabilidade, mas disponibilidade. Teria algum interesse a sua correcção e um pouco mais de cuidado. Como é evidente, vamos votar a favor, em relação à outra acta é que nos vamos abster porque não estivemos cá." -----

-- Passou-se à votação, tendo a acta número dois de dois mil e seis sido aprovada por unanimidade, procedendo-se às correcções solicitadas pelo Senhor Armando Madeira. Seguidamente, a acta número três de dois mil e seis foi igualmente aprovada por maioria, com uma abstenção do PS e duas da CDU. -----

-- A Senhora Olga Pires interveio, dizendo que "como porta-voz da CDU, venho apresentar uma proposta a esta Assembleia." Esta proposta é anexada a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- O Senhor Carlos Esteves referiu que "venho aqui, em representação da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Nazaré e Nossa Senhora do Cabo de Santo Estêvão das Galés, agradecer toda a logística dispensada pela autarquia. Agradecer, igualmente, os passeios construídos à entrada das Galés, dos quais muito nos orgulhamos, uma vez que era um local muito degradado. Também gostava de salientar os passeios construídos no Rogel junto da escola primária, a cedência da máquina e camião para preparar os parques de estacionamento e a cedência da varredora mecânica que se deslocou de Mafra à nossa freguesia para fazer a limpeza do recinto da festa na segunda-feira. De referir, ainda, a cedência do autocarro para a deslocação das bandas e das atitudes muito prestáveis da Ecoambiente, em virtude de nos ter emprestado diversos caixotes do lixo e de ter efectuado a sua limpeza aos sábados e domingos; do Senhor Comandante da GNR da Malveira que prestou também um belo serviço à nossa freguesia; e do Senhor Vereador Hélder que nos honrou com a sua presença, em substituição do Senhor Presidente." -----

-- O Senhor António Milhano apresentou um voto de louvor do Partido Socialista, relativo ao trabalho desenvolvido no âmbito do combate aos incêndios. Este documento é anexado a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que "aproveitando, desde já, a questão que abordou agora relativamente à Protecção Civil, é evidente que o PSD destaca

também a liderança concisa e activa, conciliando as forças e movimentando as três corporações, de facto, esse mérito deve-se ao Senhor Vereador, em representação do Executivo Municipal, bem como a todas aquelas pessoas que lá estiveram dia e noite nas instalações. É um marco não só local, mas a nível nacional, como se deve enfrentar os perigos dos incêndios e como se deve planear em termos de Protecção Civil. A este propósito, gostaria aqui de deixar uma nota de parabéns à corporação dos Bombeiros Voluntários da Ericeira que fez setenta e cinco anos no mês de Setembro o que é, de facto, uma data emblemática. Acho que esta corporação do litoral merece também aqui uma palavra de apreço não só por todo o apoio dado às praias que são o nosso cartaz turístico, mas também na colaboração que tiveram com todo o dispositivo montado pela Câmara, no âmbito da Protecção Civil global no Concelho. Tive a oportunidade de participar num *briefing* em Agosto, na altura dos incêndios, e, de facto, toda a gente que lá estava, quer a coluna que era comandada pelo comandante da Azambuja, quer os meios helitransportados elogiavam aquilo que nós tínhamos conseguido, ao ponto de, por exemplo, o helicóptero que deveria ficar estacionado na Carregueira ser transferido para Mafra porque tinha ali condições únicas, apesar de não ter o reabastecimento, uma medida que, se calhar, inicialmente não estava prevista. Aliás, num exercício nacional que fizeram, viram as potencialidades e a excelência daquilo que tinham em Mafra e fizeram transportar os meios helitransportados do distrito para lá. É mais uma prova do reconhecimento a nível nacional do trabalho desenvolvido localmente. Neste aspecto, também os Bombeiros Voluntários da Ericeira, apesar de estarem com a época de Verão, estiveram presentes e participaram nos *briefings* e toda a gente se empenhou, desde a GNR, o Exército, os Jovens Vigilantes das Florestas, uma iniciativa da Câmara que também é de louvar, andaram pelo Concelho não só em acção de prevenção, mas também de sensibilização. Eu tive a oportunidade de acompanhar os elementos da Protecção Civil que estiveram na praia a alertar para os raios ultravioleta, estiveram o dia inteiro incansáveis a fazer jogos com as crianças, é meritório todo o empenhamento. Relativamente às outras questões que me trazem aqui, a Câmara no passado já entregou uma medalha de mérito a um jovem do Concelho de Mafra que foi o Tiago Pires. No ano passado, ele ganhou a prova no Mundial da Ericeira, tendo, este ano, voltado a fazê-lo, penso que não será necessária uma nova moção, mas é de registar aqui o facto de um jovem da Ericeira ganhar uma prova de um Mundial de Surf. Mais uma vez, a organização da Câmara Municipal de Mafra associada à empresa Alfarroba projectou Portugal no panorama internacional, o mar não ajudou, mas organização estava lá e respondeu prontamente. Também ainda um destaque para outro atleta também já referido aqui, o Ricardo Vale, jovem deficiente, que ganhou mais uma medalha nos campeonatos do mundo de Atletismo, o que honra não só Portugal, mas também o Município que o apoia. Para além destas efemérides, gostaria de abordar aqui dois temas que vêm da última Assembleia. Na última Assembleia falámos em Finanças Locais e foi pedido que a AML enviasse o estudo que fizeram. Numa Assembleia Metropolitana de Lisboa, em que estive presente, essa pergunta também foi feita ao Senhor Presidente da mesma e a resposta foi que a Junta Metropolitana fazia questão de entregar, em primeira mão, o documento ao Senhor Secretário de Estado e só depois o tornaria público. Como penso que já passou bastante tempo, o Senhor Secretário de Estado já deve ter o documento, aliás já está em discussão na Assembleia. O PSD vai votar favoravelmente a proposta do Partido Comunista para que haja uma reunião sobre Finanças Locais, seria de todo interessante, mais uma vez Senhor Presidente da Assembleia pedir este estudo. Se a AML fez um estudo independente, acho que já é tempo de nós termos acesso a ele, até para prepararmos essa reunião proposta pelo Partido Comunista. Relativamente à questão da Saúde, é inexplicável como é que a ARS continua a não responder aos pedidos de reunião por parte da Câmara Municipal de Mafra e da Assembleia Municipal. Só se justifica, de certa maneira, para quem tem estado atento aos jornais, nalguma confusão que reina no próprio Ministério da Saúde. Vem agora a notícia de que possivelmente vão ser extinguidas

as sub-regiões, vem a notícia de que os centros de saúde vão ser agrupados em três ou quatro, não se sabe quais, não se sabe qual é a distribuição geográfica que vai haver, não se sabe se o Centro de Saúde de Mafra vai depender de Loures ou se, por outro lado, é o Centro de Saúde de Mafra que vai mandar no do Sobral de Monte Agraço. Esta indefinição faz com que também, por certo, o Presidente da ARS esteja aflito porque não deve saber o que está a fazer e muito menos deve perceber o que é que o Ministro anda a fazer, por isso não nos responde. Todavia, será importante mais uma vez insistir que é necessário receberem a delegação da Assembleia Municipal, conforme foi proposto.” -----

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que “gostaria de, em primeiro lugar, na sequência de diligências que pude fazer, a pedido do Presidente da Assembleia Municipal, de dar conta do contacto que pude ter com o Presidente da ARS sobre o problema relativo à Saúde que aqui foi posto da última vez. Ele pôde esclarecer-me o caso que aqui foi posto, pede que lhe dêem mais informações do que aqui está feito e, obviamente, que também está disposto a receber uma delegação da Assembleia Municipal. Sobre o caso que aqui foi posto da última vez, dizendo que havia pessoas que estando em urgência iam para Santa Maria e depois tinham que voltar para Torres Vedras no mesmo episódio de urgência, vou passar a explicar o que realmente se passa, de acordo com a informação que me foi facultada pelo Presidente da ARS. Parece que houve aqui uma crise grave no Hospital de Torres Vedras em Maio. Acontece que tiveram que agir, uma vez que não tinham resposta provisoriamente. Não é, portanto, uma situação definitiva, mas uma situação provisória num período de emergência. Foram desviados para Lisboa os doentes que são enviados para o Centro de Saúde de Mafra na especialidade de Medicina Interna, mais ninguém. Assim sendo, quem está em urgência, quem está noutras especialidades, quem tem um episódio qualquer de acidente, vai na mesma para Torres Vedras, os únicos que são encaminhados para Lisboa são os da especialidade de Medicina Interna e enviados pelo Centro de Saúde de Mafra, o que corresponde a cerca de seis a dez pessoas por dia, permitindo-lhes, neste momento, aliviar a urgência de Torres Vedras. Quando um doente é encaminhado, num episódio de urgência, para Santa Maria e chega lá e percebe que afinal é preciso uma radiografia ou uma cirurgia, não é reenviado para outro sítio. O Presidente da ARS manifestou o seu agradecimento pela colaboração e disse que está disposto a receber-nos. Em segundo lugar, gostava ainda de referir aqui outra situação que tem a ver com a construção de escolas no Concelho, a Carta Educativa, o projecto que existe e a calendarização de necessidades que a Câmaras definiu. Nós achamos que é muito importante fazer as escolas, entendemos também que a solução que foi proposta pela Câmara não nos parece ser a mais transparente e nem terá a nossa aprovação, talvez, por isso, ela não tenha sido aqui apresentada hoje. Gostaria de dizer que estamos disponíveis para qualquer reunião da Assembleia Municipal, mesmo extraordinária, para que quando se encontrar uma solução que seja legal, possível e desejada se possa avançar e não se proteja mais esta construção. Tive a ocasião de, na última reunião, pedir uma informação à Câmara, que me foi remetida, sobre o endividamento da Câmara, o que corresponderia a doze milhões de euros, cerca de vinte e cinco por cento das receitas municipais, de acordo com o que se presume vir a ser a nova Lei das Autarquias, ou dois por cento a nível de fluxo, conforme as regras actuais. A capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Mafra, de acordo com os dados que são apresentados, está muito longe de estar esgotada e até tem uma folga bastante superior ao dinheiro que é necessário para realizar essas escolas, não quer dizer que não se faça um empréstimo, até se pode fazer, há várias soluções possíveis desde que elas sejam transparentes, desde que a taxa de juro paga seja a mais baixa do mercado, desde que se optar por uma parceria pública/privada se respeite a lei oitenta e seis de dois mil e três, obviamente que nós apoiaremos esse tipo de iniciativa e achamos que ela é urgente, dessa maneira ou de outra. Ficámos muito admirados por não ter sido agendada, para esta Assembleia, essa matéria e, por isso também, queremos aqui assinalar que

estamos obviamente disponíveis para qualquer reunião extraordinária. Em relação à revisão da Lei das Finanças Locais, penso que ela traz algumas vantagens, era indispensável ser feita e revejo-me nos critérios, independentemente dos ajustes que haja a fazer. Infelizmente, é muito difícil saber quais são exactamente os números exactos, uma vez que os números que foram disponibilizados são bastante incoerentes, há uns que dizem que aumenta, outros que diminui, a única coisa que tenho a certeza é aquilo que já veio publicado, ou seja que Mafra não está nos setenta municípios que têm a capacidade de endividamento esgotada, como aliás mostram estes números. Penso que é importante discutirmos essa matéria mais aprofundadamente, mas, obviamente, não me revejo na introdução à moção apresentada pelo PCP sobre esta matéria porque me parece que ela não corresponde aquilo que são os méritos desta Lei." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "sobre esta discussão da Lei das Finanças Locais, haverá muita matéria, nomeadamente em relação aos critérios que levam alguns municípios a ficarem beneficiados e outros não. É uma geometria variável onde dados de oitenta e cinco são misturados com dados de noventa e dois, consoante o interesse dessa geometria." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo, referindo-se à intervenção da Senhora Leonor Coutinho, interveio, dizendo que "apraz-me registar os seus esforços e sua colaboração para a resolução do problema da Saúde, por certo na reunião com o Senhor Presidente da ARS teremos oportunidade para alertar não só para essa, mas para outras situações que se verificam. De registar ainda, com agrado, a menção que fez relativamente às escolas e ao dinheiro, porque, de facto, afinal a Câmara gere bem o orçamento, gere bem as contas e até temos capacidade de endividamento. Não sei é se fizemos o empréstimo para as escolas não virá aqui o seu colega de bancada dizer que os munícipes ficam com mais um empréstimo para pagar." -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "relativamente à Saúde, penso que o que se passa no Concelho de Mafra é preocupante, estão-se sempre a ouvir coisas que não sabemos se correspondem à realidade. Falou-se que o Centro de Saúde de Mafra iria fechar, agora não sabemos se é verdade ou não, provavelmente não é. Seria interessante que a população do Concelho, através da Autarquia, tivesse uma informação mais cuidada sobre aquilo que se está a passar ou não. O que acontece na verdade é que nós vamos ao Centro de Saúde de Mafra e vemos lá um papel a dizer que, por falta de recursos humanos, o Centro de Saúde passa a encerrar às dezassete e trinta, quando encerrava, creio eu, às vinte. Isto é preocupante e é uma situação que deveria ser esclarecida." -----

-- O Senhor José Bizarro referiu que "não pode o grupo municipal do PSD deixar de congratular-se nesta Assembleia Municipal por mais um sucesso no Concelho de Mafra, no que diz respeito ao sector de Educação, através da Escola Técnica e Profissional de Mafra e com o complemento existente das turmas de vertente profissional na Escola Secundária José Saramago. É com grande entusiasmo que o Partido Social Democrata e a Juventude Social Democrata assistem à concretização, no início do presente ano lectivo, desta iniciativa de ensino profissional no Concelho de Mafra, perspectivam-se, desta forma, novos horizontes para muitos jovens mafrenses. Na realidade, os três novos cursos leccionados na Escola Técnica e Profissional de Mafra – Electrónica e Telecomunicações, Educador de Infância e Gestão de Equipamentos informáticos – que decorrem, actualmente, no Complexo Cultural Quinta da Raposa, representam um passo na direcção certa, no caminho do desenvolvimento de uma formação qualificante. São mais de setenta e cinco os jovens, de três turmas diferentes, que estão a frequentar os novos cursos no presente ano lectivo o que, à partida, demonstra bem a oportunidade desta iniciativa que tem já reconhecida marca de qualidade de uma entidade privada que hoje em dia gere o Colégio Miramar, na freguesia de Santo Isidoro, e o Colégio de Santo André, na freguesia da Venda do Pinheiro. Daqui a três anos, muitos destes jovens terão concluído os respectivos cursos, terão equivalência no ensino secundário, serão qualificados como técnicos intermédios e, nessa altura, poderão fazer a escolha entre ir para o mercado de trabalho ou seguir os estudos no ensino

superior. Muitos destes setenta e cinco jovens serão, daqui a três anos, jovens muito mais preparados para o mundo competitivo onde hoje vivemos, serão jovens que, certamente, já encontraram uma vocação, serão jovens que, muito provavelmente, já identificaram a área onde se querem impor e demonstrar todo o seu talento. Sem dúvida que a concretização da Escola Técnica e Profissional de Mafra vem permitir dar ainda maior amplitude ao projecto educativo do Concelho de Mafra, representando mais um equipamento de qualidade disponível para os jovens e para as crianças mafrenses. É amplamente reconhecido por todos os quadrantes políticos e comprovado por inúmeros estudos disponíveis sobre a matéria que Portugal tem um défice enorme de quadros intermédios com marcada vertente técnica, a aposta cega no ensino superior nem sempre é a melhor solução. O ensino profissional permite, exactamente, colmatar essa falha existente na nossa sociedade, uma vez que grande parte da carga horária é atribuída à componente técnica, permitindo aos jovens desenvolver competências específicas para o exercício desta profissão. Neste sentido e tendo em conta a importância estratégica do ensino profissional na construção de uma realidade empresarial mais competitiva, bem como a amplamente reconhecida atenção que o Executivo Municipal tem prestado à Educação e valorização das nossas crianças e jovens, existem um conjunto de questões que o Grupo Municipal do PSD julga oportunas ver esclarecidas. Qual é a perspectiva para este novo projecto? Que amplitude é que está idealizada para o ensino profissional no Concelho de Mafra? Que expectativas poderão ter os jovens mafrenses sobre o ensino profissional no Município? Quais as principais carências do mercado de trabalho no Concelho de Mafra? Que novos cursos se perspectivam para colmatar essas carências do tecido empresarial mafrense? Ainda em relação à Educação, mas relativamente ao ensino pré-primário e primário, queria também, e na sequência de uma pergunta que já foi feita, questionar o Executivo Municipal sobre como está o projecto das escolas, não vou dizer que espero que seja legal ou não, não vou dizer que seja grandioso ou não, porque sei que a marca que virá no projecto de Educação será como têm sido os outros, legal, com grandiosidade, perspectivando o futuro do Concelho de Mafra." -----

-- A Senhora Olga Pires disse que "em relação ao que foi falado sobre o Centro de Saúde, continuo convencida que vivo num Estado de Direito e faz-me confusão que as maiorias não dêem a devida atenção a quem está na oposição. Neste caso, talvez porque as cores partidárias são diferentes, pelo que eu percebi, esta Assembleia e este Executivo já pediram, por diversas vezes, audiências e essas não foram facultadas. Congratulo-me com o que foi relatado pela minha colega da Assembleia, mas não entendo estes mecanismos, da mesma maneira que se pedisse uma audiência a este Executivo e depois por portas e travessas viesse a ter a resposta também consideraria que não era correcto. Portanto, faz-me uma certa confusão este tipo de coisas que não me parecem lógicas de uma Democracia nem de um Estado de Direito. Por outro lado, em relação à Lei das Finanças Locais, ou eu entendi mal ou a apologia que foi feita aqui, segundo os princípios dos documentos que já li, é que podemos estar todos descansados porque a Câmara Municipal de Mafra, pelo menos esta, se pode endividar muito mais, portanto, a Lei é boa. Também não consigo entender. Só queria reiterar a proposta de se fazer uma reunião, caso concordem, só para se discutir este assunto porque me parece que os pressupostos que estão nas nossas cabeças não têm muito a ver com o que está realmente escrito." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, respondeu, dizendo que "em relação à Lei das Finanças Locais, ao que parece só o Governo é que percebeu que aquilo é uma boa Lei. Estou convencido que não é uma boa Lei, lá veremos porquê e em que condições. Mais importante do que a quebra de receita, que essa Lei possa originar, é a quebra de autonomia dos municípios e isso é que me preocupa verdadeiramente. Há uma tentativa de dar uma «machadada» de alto a baixo naquilo que é o poder autárquico e temos que ter consciência disto. Não os duzentos, trezentos ou quatrocentos mil contos que a

Câmara Municipal vai deixar de receber este ano e para o ano, se bem que isso é penalizante e é grave, é obvio que nos cria algumas dificuldades, mas hão-de vir bons momentos, há-de vir dinheiro para distribuir, não vamos continuar sempre com este crescimento económico próximo de um vírgula qualquer coisa e vai haver receitas de certeza. De facto, o que aquela Lei encerra é uma perda de autonomia do poder autárquico e nós assistimos impávidos e serenos, ou talvez não. Nós, ainda há pouco tempo, fomos acusados de ter o endividamento municipal de duzentos e cinquenta euros por habitante, afinal ainda nos podemos endividar mais. O cálculo do endividamento dos municípios alterou-se significativamente e vai-se alterar com esta Lei das Finanças Locais, as coisas já não são como eram. De facto, nós gravosamente também vamos participar, somos participantes líquidos para o todo nacional, isto de acordo com a Lei de distribuição que vai acontecer nas Finanças Locais, assim ela seja aprovada na generalidade. De qualquer forma, e isto vem a propósito das escolas, e foi aqui dito com algum ênfase que devia ser um processo legal, transparente, não se precisam de preocupar porque qualquer atitude municipal tem que ser legal e transparente. Estamos a preparar a solução financeira para resolver a questão das escolas. Já agora uma indicação para alguém que tenha acesso ao gabinete da Senhora Ministra da Educação, em relação à nossa Carta Educativa, que foi aprovada na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal depois de inquérito público, está desde Outubro do ano passado, de dois mil e cinco, no Gabinete da Senhora Ministra para ser aprovado, com todos os pareceres favoráveis, de todas as entidades que a Administração Central entende convidar. Eu pergunto porquê? Não se trata de uma questão de cor política. É o único projecto de Carta Educativa que está pronto, a nível da área metropolitana. A Senhora Ministra quer hipotecar verbas do futuro quadro comunitário às escolas do ensino básico porque existem problemas gravíssimos na área metropolitana, nomeadamente nos concelhos de Sintra e Amadora, mas uma das obrigações dos programas comunitários é a Carta Educativa aprovada. Mafra foi obrigada a fazer, porque cumpriu, elas eram para estar prontas em Maio deste ano e a nossa estava em Outubro do ano passado, um compasso de espera. A nossa já lá está e estamos a trabalhar como se ela estivesse aprovada, aliás as notas e os pareceres sobre os quais tenho conhecimento são de aplauso pela capacidade que a Câmara teve, por si só e não recorrendo a concursos ou entidades externas, para elaborar a sua própria Carta Educativa. Tem sido uma «bíblia» orientadora para os meus colegas de outras Câmaras que andam com alguns problemas em relação a esta matéria. Quanto aos projectos das escolas, eles vão acontecendo normalmente. A Câmara estudou e analisou várias situações financeiras para resolver o problema, não o problema dos projectos porque estes estão praticamente concluídos, estão a ser ultimados neste momento. O modelo que nós tínhamos pensado era proposta nossa, foi a Reunião de Câmara, com os votos contra do Partido Socialista, mas foi aceite. Esse modelo passava pela Pavimaфра que é uma empresa municipal, como sabem. Interessava ouvir, antes de tomar qualquer decisão, essa empresa municipal, nomeadamente o nosso parecer privado, a ver se eles estariam ou não de acordo com esta situação, uma vez que teria que haver uma adenda a um contrato-programa que, inicialmente, foi estabelecido entre a Câmara Municipal e a Pavimaфра para que este projecto encaixasse nessa solução. Foi entendido, e isto virá à Câmara na próxima reunião, que as coisas não seriam bem assim, há uma contraproposta por parte da Assembleia Geral da Pavimaфра, relativamente à proposta de solução financeira que a Câmara apresentou, por isso, não veio à Assembleia porque não tinha que vir. Garanto-vos uma coisa, o processo vai ser claro, transparente. Relativamente ao Centro de Saúde, estou à espera desde Outubro, quando fomos ter com o Presidente da ARS para apresentar uma proposta para resolução dos Centros de Saúde e ele disse que ia analisar a situação, até hoje. Se alguém tiver acesso, pergunte-lhe porque é que ele não deu resposta ainda ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra sobre uma questão muito concreta, muito objectiva - quer ou não quer o Centro de Saúde de Mafra? Quer ou não quer o novo Centro de Saúde da Malveira - Venda do Pinheiro? Foi só isto que

eu lhe perguntei, com projectos, com programas, foi com base nos programas que a ARS me deu que mandei fazer projectos, parei, felizmente, porque já estava a gastar dinheiro demais e a solução não vinha, até hoje, de Outubro até agora estou à espera da resposta. Quanto à Escola Profissional, está a funcionar. A GPS, que está à frente dos Colégios Santo André e Miramar, candidatou também, à DREL, uma escola profissional para Mafra. Ganhou esse concurso e estão a funcionar três turmas de cursos profissionais no Complexo Cultural Quinta da Raposa. São cerca de setenta e cinco alunos. Nós cedemos as instalações e vamos fazer um protocolo, mas foi à última da hora que a GPS soube que a sua candidatura tinha sido aceite. Para o ano, o que se pretende é a construção de um edifício para uma escola profissional a sério, isto em concordância com o acordo de colaboração que eles têm com o Ministério da Educação.” -----

-- A Senhora Leonor Coutinho esclareceu que “eu pedi para falar com o Senhor Presidente da ARS porque o Senhor Presidente da Mesa me pediu para o fazer.” ---

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à discussão da proposta da CDU, relativa à possibilidade de se fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária para a discussão da alteração à actual Lei das Finanças Locais. -----

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que “nós não podemos aprovar a proposta se ela continuar com esse preâmbulo. Não temos, obviamente, nada contra em fazer uma Assembleia Extraordinária. Gostaria de esclarecer o voto negativo à proposta se ela se mantiver desta forma.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para o facto de “poder haver alguma movimentação do Ministro António Costa para fazer algumas correcções a esta Lei e tirar alguma elação de alguns apontamentos que têm sido observados relativamente à mesma. Neste sentido, eventualmente a versão final pode não justificar a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, mas a intenção pode ficar e, depois, em conferência de líderes tomaremos a decisão final.” -----

-- Passou-se à votação da proposta da CDU, tendo esta sido aprovada por maioria com cinco votos contra do Partido Socialista. Prosseguiu-se com a discussão do voto de louvor apresentado pelo Partido Socialista. -----

-- O Senhor Vereador Hélder Sousa Silva interveio, dizendo que “aquilo que sinto e face à moção proposta pelo PS, devo dizer que qualquer trabalho que é feito pela Câmara é produzido por uma equipa, portanto, gostaria que essa moção, ao ser votada, fosse votada para a equipa que está no Executivo da Câmara, caso contrário, julgo que há, de facto, alguma coisa que não está bem. Convidava o Senhor Milhano, que propõe a moção, a estende-la ao resto do Executivo.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que “no âmbito do Grupo Parlamentar do PSD, foi discutida a possibilidade de se acrescentar algum esclarecimento sobre a campanha dos fogos florestais. Acontece que, foi solicitado pelos próprios, que o mesmo não fosse antecipado aqui hoje porque dia dez vai haver uma conferência de imprensa para apresentar o balanço desta época. Há uma proposta do Senhor Vereador para que haja aqui uma correcção da proposta do Partido Socialista.” -----

-- A Senhora Olga Pires disse que “em relação a esta proposta. Salvo uma excepção muito bem fundamentada de uma proposta de uma moção de louvor a um membro do Executivo, em princípio, o Executivo foi eleito para trabalhar bem, portanto, outra coisa não seria de esperar. Até entendo a posição do Senhor Vereador em querer que o louvor seja extensivo a todo o Executivo, agora, provavelmente, em muitas outras situações, houve comportamentos louváveis de algum dos membros do Executivo e não penso que seja necessário votar moções de louvor nesse sentido. É esta a nossa posição.” -----

-- O Senhor António Milhano interveio, acrescentando que “obviamente que sabemos que o trabalho é de equipa, mas, é claro que também nas equipas há elementos que se destacam e era isso que nós pretendíamos realçar, sendo assim mantemos a proposta como está.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que “a questão, para o PSD, é não transformar

este voto de louvor num voto de censura, ou seja, nós concordamos com a posição do Senhor Vereador, salientamos, pontualmente, o trabalho desenvolvido por um ou outro Vereador em diversas áreas, já o fizemos com o caso do Turismo, em mandatos anteriores, nunca o grupo do PSD apresentou uma moção de louvor a um dos Vereadores. Não vamos votar contra porque podia passar lá para a fora a ideia de que, afinal, o grupo do PSD está contra o trabalho do Vereador, o PSD abstenha-se porque acha que, de facto, devia ser votada a equipa, um todo. Quando se fala em equipa, Executivo, está-se a falar não só do PSD, mas também dos dois Vereadores do PS que, ao aprovarem as propostas que foram levadas à reunião de Câmara, também têm o seu mérito porque votaram favoravelmente todo este dispositivo." -----

-- Terminada a discussão da proposta, passou-se à votação da mesma, tendo esta sido aprovada por cinco votos do Partido Socialista e trinta abstenções. Concluído o período antes da Ordem do Dia, introduziu-se o primeiro ponto da Ordem do Dia, relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "julgo que o Senhor Presidente teve conhecimento, na correspondência que lhe foi endereçada, que está uma inspecção do Ambiente e da Administração do Território e uma das Finanças na Câmara Municipal. É uma inspecção ao POC, tem a ver com investimentos que vêm do INAG para aqui e, portanto, agora vêm conciliar dinheiros que, eventualmente o INAG terá gasto na orla costeira. Há também uma inspecção da Administração do Território que é relativamente a uma construção na Igreja Nova, uma queixa antiga que havia." -----

-- Não havendo intervenções, passou-se ao ponto número dois, relativo ao projecto de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia. Ninguém manifestou o desejo de intervir, pelo que se passou à votação do mesmo. O ponto número dois foi aprovado por unanimidade. Foi introduzido o ponto número três, referente ao projecto de Regulamento de Ocupação do Domínio Público com Esplanadas do Município de Mafra. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "a tentativa era para desaparecer o que está mal ou corrigir. Daqui para a frente há, de facto, um regulamento que é uma primeira e séria tentativa de disciplinar a utilização de esplanadas. Devo esclarecer que a nova Lei das Finanças Locais nos vai obrigar a termos que rever todas as taxas e licenças, dentro de um ano." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo interveio, dizendo que "relativamente a este regulamento, achamos que é mesmo vital para o Concelho, sendo a actividade turística muito importante para o desenvolvimento económico. Temos assistido ao longo dos anos, essencialmente durante a época de Verão, a abusos. Gostava de também de referir, já que se têm feito aqui tantos elogios, o facto de, mais uma vez, mais um regulamento, o anterior e este, serem feitos internamente, aí também o apreço aos serviços jurídicos da Câmara e a toda a estrutura de funcionários que elaboraram estes regulamentos." -----

-- Passou-se à votação deste ponto, tendo este sido aprovado por unanimidade. Foi introduzido o ponto número quatro, relativo ao projecto das Alterações das Taxas referentes a Ocupação do Domínio Público com Esplanadas do Município de Mafra. Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Foi apresentado o ponto número cinco, relativo ao lançamento de derrama para o ano de dois mil e sete. -----

-- O Presidente da Câmara Municipal referiu que "percebo porque é que a Senhora Deputada Leonor Coutinho fez, há pouco, aquele elogio à situação financeira da Câmara, é que ela queria agora «atacar» a derrama. A derrama é uma necessidade obrigatória, se verificarem os indicadores do estudo que a Junta Metropolitana mandou fazer, de acordo com os critérios de distribuição do fundo geral municipal, fundo de coesão e outras situações, a Câmara Municipal de Mafra poderá vir a perder cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentos mil contos de fundo geral municipal. Isto é um problema porque assumimos um conjunto de

responsabilidades directas e indirectas, as novas escolas, os novos funcionários, as novas despesas, se somarmos a estes cerca de quatrocentos mil contos o aumento de dois e meio por cento da massa salarial que se prevê para dois mil e sete, isto significa milhares de contos. A derrama é um mal necessário, tal como o Imposto sobre Imóveis. Convém dizer que se a nova Lei de Finanças Locais vier a ser aprovada, a derrama só será de um e meio por cento. Se tivéssemos mais tempo para aprovar a derrama e comunicar à Direcção Geral de Administração Autárquica estas duas decisões municipais, se depois do Orçamento Geral de Estado pudéssemos comunicar, então a nossa posição poderia ser, eventualmente, outra. É curioso que, nesta altura, só se saiba quanto é que as Câmaras vão receber e não se saiba nada sobre as Juntas de Freguesia. Porque é que não se sabe já qual é a forma de repartição das verbas para as Juntas de Freguesia? A nossa convicção é a de que estes montantes, resultantes da aplicação destas taxas, são absolutamente necessários para a prossecução dos objectivos a que nos propusemos, é com base neles que foi elaborado o plano plurianual de investimentos." -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "esta minha intervenção não tem subjacente nenhuma oposição à necessidade da derrama, é evidente que nós compreendemos a necessidade da derrama. Existem algumas questões que penso que seriam interessantes levantar. Verificamos pelo gráfico que nos foi apresentado que a derrama tem aumentado, em parte do ano de dois mil e cinco, houve um aumento em dois mil e quatro, em dois mil e seis só está até Agosto, mas, previsivelmente, o aumento também será grande. Em dois mil e quatro foi de sessenta e cinco por cento, em dois mil e seis poderá prever-se os quarenta e oito por cento caso se mantiver esta tendência. O que perguntamos é se o facto de baixar um pouco, uma vez que a Câmara tem a faculdade de ir até ao limite de dez por cento, portanto, pode ser um pouco menos, se isso não beneficiaria as empresas que estão com vontade de vir para o nosso Concelho e de se fixarem aqui? Neste sentido, vamos abster-nos neste ponto e temos uma declaração de voto". Esta declaração é anexada a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. --

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que "uma vez que o Senhor Presidente fez referência já aos pontos número cinco e seis, gostaria de fazer, igualmente, uma intervenção sobre os dois. O Senhor Presidente, por acaso, adivinhou que nós éramos contra a derrama, na medida em que os nossos Vereadores já tinham votado contra a mesma em reunião de Câmara. Como foi dito, isto, muito provavelmente, nunca se aplicará, deverá haver uma nova Lei das Finanças Locais e, nessa altura, haverá uma taxa de um vírgula cinco por cento do lucro tributável. Para mim o mais importante é o Imposto Municipal sobre Imóveis, acontece que a própria Lei do IMI é uma Lei que leva a um aumento bastante grande das receitas. Evidentemente que, no primeiro ano em que foi aplicada em dois mil e quatro, muitos municípios tiveram medo porque não sabiam qual seria o resultado, por isso defenderam-se pondo as taxas máximas, cinquenta e um por cento dos municípios tiveram esse cuidado. Acontece que, em dois mil e quatro, as taxas de IMI e de IMT aumentaram, no seu total, mais de treze por cento e, portanto, os municípios deram conta que se tinha aumentado bastante. Já em dois mil e cinco, só quarenta por cento dos municípios, já uma minoria, é que as manteve nas taxas máximas porque verificaram que o aumento de receitas tinha sido bastante grande e isso verificou-se, globalmente, a nível de todo o país, uma vez que é inerente ao próprio modelo. Parece-me que era muito possível para esta Câmara, que teve lucros no ano passado, de ter uma tributação sobre o seu património que se aproxime mais da média nacional." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que "de qualquer forma, desse estudo, faltou fazer uma correcção. O Concelho de Mafra tem muita segunda habitação, de munícipes residentes noutros concelhos, e que fazem aumentar a capitação dos que cá estão. Este factor é extremamente importante." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "a questão que me traz aqui tem a ver com o Concelho de Mafra ter muito mais receita fiscal do que os outros, mas também é verdade que o Concelho de Mafra tem muito mais coisas do que os outros. Quando

ainda não se falava em concentração de escolas, o Concelho de Mafra construía a EB um Hélia Correia. Quando ainda não se falava em complexos desportivos, Mafra tinha um. Quando se pensava em prolongamentos de horários nas Escolas Primárias, a Câmara já suportava estes prolongamentos. Há todo um conjunto de coisas que se paga mais, mas também se tem mais e a questão que se deve pôr aos munícipes é se estão dispostos a abdicar deste ritmo de qualidade, de obra e de infra-estruturas? De facto, se vamos reduzir, vamos reduzir tudo. É isto que atrai para cá as pessoas. As pessoas estão a vir para o Concelho de Mafra, sabem os impostos que pagam, mas reconhecem que são bem aplicados esses mesmos impostos, por isso é que vêm para cá. Cá têm oferta, em termos de infra-estruturas, em termos de resposta daquilo que deve ser a actividade municipal, daí, se calhar, também termos mais receita para poder responder a estas necessidades da população. Quando vejo reduções de orçamentos ou propostas para reduzir receitas, pergunto sempre onde é que vão tirar? Se vamos tirar receita o que é que se vai deixar de fazer? Se o Plano de Actividades foi aprovado com base nesta previsão de receitas, se vamos dizer que agora vamos passar para cinco por cento, então é menos receita e o que é que se vai deixar de fazer, uma vez que há cinco por cento que desaparecem? Ainda relativamente a esta questão, gostava de referir que, curiosamente, o Engenheiro Sócrates quando se fala em competitividade entre países e quando nós dizemos que Espanha tem impostos mais baixos do que os nossos, ele diz para termos calma porque os impostos e a matéria fiscal não é factor de atractividade, mas, depois, quando se refere a municípios os impostos já são factores de atractividade. A receita de Estado não se mexe." -----

-- A Senhora Isilda Pegado disse que "gostava aqui de lembrar que antes do Estado existe o Homem. O Estado só existe porque existem Homens. Aquilo que estamos aqui a assistir é ao contrário disto. O Estado manda e até manda matar aquilo que as colectividades e as estruturas mais próximas do Homem, chamam-se a estes corpos sociais intermédios, como é o caso das Câmaras e das Juntas de Freguesia, podem criar e podem fazer. Tenho orgulho de, neste Concelho de Mafra, ter assistido a uma situação muito concreta, quando os meus filhos mais velhos foram para as escolas, as casas de banho estavam todas destruídas, era uma lástima, a Câmara e as Juntas de Freguesia tomaram conta da manutenção das escolas e hoje a mesma escola tem uma casa de banho que pode ser utilizada por toda a gente. É isto que eu tenho visto crescer no meu país e aquilo que acabo de ouvir aqui de que se a Câmara de Mafra tem muitas receitas, então pode ter verbas atribuídas no orçamento geral em menos valor, trata-se da subversão do regime democrático, do Estado de Direito. Não podemos levar daqui esta mensagem e queria pedir à nossa Câmara que prossiga no seu trabalho, na sua actividade de afirmação do poder local, da afirmação que as pessoas de Mafra têm em construir e fazer, é isso que gera riqueza, mas essa riqueza é nossa, não é de alguém que em Lisboa nem sabe que as casas de banho das nossas escolas são para ser reparadas e precisam de manutenção. Nós aqui sabemos melhor gerir isto, não é de alguém de que, perante a solicitação de um Centro de Saúde, continua a pedir mais informações. Essa é uma técnica velha de quem não quer decidir. Em cada local onde se faz política é preciso que se afirme que o Homem está antes do Estado. Trabalhamos para a felicidade dos Homens, não para qualquer estrutura de Partido ou de Estado." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho interveio, dizendo que "todos nós sabemos como é que vivíamos há trinta anos e como é que vivemos hoje não só em Mafra, mas em todo o país. Aderimos à Comunidade Europeia e tivemos acesso a toda uma solidariedade a nível europeu, fomos muito mais capazes de fazer coisas em conjunto e, felizmente, em todos os municípios do país se vive muito melhor do que se vivia há trinta anos. Devo dizer que como não nasci rica, sei perfeitamente o que é que isso quer dizer. Obviamente que a história do copo meio cheio ou meio vazio é sempre o mesmo e, portanto, não iríamos longe com isso, por isso é que eu digo que, no ano passado, foram ultrapassadas as previsões, em vinte e oito por cento, da Câmara, ou seja, aquilo para que tinha despesa, no que diz respeito ao IMI e ao IMT. Pode fazer o mesmo programa com menor taxa, uma vez que a taxa que fixou

está a dar-lhe muito mais receitas do que aquelas que estão previstas no seu próprio orçamento. O vosso orçamento não prevê tanta receita, prevê menos, acontece que esta taxa está a dar muito mais receita do que previam, houve vários municípios em que isso aconteceu. Ainda no ano passado, em dois mil e cinco, o que estava programado eram cerca de dez milhões de euros em IMT e IMI e, na realidade, o que foi cobrado ultrapassou isso em vinte e oito por cento, foram mais cerca de três milhões de euros. Obviamente que havia a possibilidade de ter arrecadado tanto quanto estava orçamentado, cumprindo o programa com uma taxa inferior. Gostaria que o argumento que aqui trouxe fosse entendido." -----

-- O Senhor Joaquim Biencard Cruz referiu que "queria dar um conceito generalista. Nós na Economia e no Estado de Direito quando queremos competir podemos ir por duas vias, a do preço mais barato ou por uma via por serviços de qualidade. Realmente, às vezes, quando se chega a esta altura de nós começarmos a discutir preços desta taxa, ou de outra coisa, é sempre melhor aquele que pede o mais barato. A Senhora Deputada tem dito que esse imposto tem sido mais rentável. Queria só dar um ideia geral em relação a isto, se nós vamos competir por preços mais baratos disto ou daquilo, não vamos a «bom porto», eu gosto mais, realmente, que também se possa conciliar com o melhor conjunto de serviços municipais, mesmo que isso possa significar um sacrifício maior dentro do Município de Mafra. Relativamente à despesa total da Administração Pública, de todo o Estado, de toda a Economia Portuguesa, as trezentas e oito Câmaras representam, em termos de receita e despesa, qualquer coisa como a nove ou dez por cento do total que se ganha e se gasta a nível da Administração Pública. Se nós depois virmos, a nível de investimento, quem tem capacidade para o fazer, a Administração Pública e as trezentas e oito Câmaras já conseguem ir de vinte a quarenta por cento do novo investimento. Realmente, as Câmaras Municipais têm um poder de «alavancagem» quando têm um pouco mais de dinheiro do que todo o outro Estado. As trezentas e oito Câmaras Municipais do país inteiro devem duas vezes menos do que as cinco maiores empresas públicas, isto faz-nos pensar." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se "falou de uma diferença de cerca de seiscentos mil contos a mais em dois impostos, foi exactamente o custo da escola da Venda do Pinheiro, com piscina, um autêntico colégio, se eu não tivesse os seiscentos mil contos nunca poderia ter feito a escola." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, tendo o ponto número cinco sido aprovado com maioria, com vinte e seis votos a favor do PSD e dois Independentes, cinco votos contra do Partido Socialista e duas abstenções da CDU. Passou-se ao ponto número seis, referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e sete. -----

-- A Senhora Olga Pires referiu que "o documento que nós temos em apreciação é realmente a proposta do Executivo e não queremos misturar, neste momento, a hipótese da Lei das Finanças Locais que está ainda em proposta vir a ser aprovada e, portanto, alterar tudo isto. Como vem sido hábito já há vários anos, não concordamos que o Executivo estabeleça sempre as taxas máximas fixadas por Lei. Acho que há outras hipóteses. Ao contrário do que foi afirmado aqui anteriormente, há outras formas, dentro da Economia, de estabelecer uma relação qualidade/preço bastante favorável ao consumidor e, portanto, nem tudo é tão negro, há cinzentos pelo meio. Até considero que este Concelho reúne condições de qualidade de vida muito interessantes, mas pensamos que seria bem mais interessante se as taxas fossem ligeiramente mais baixas, o que permitiria que ao contrário de tanta segunda habitação, que é uma realidade não só nos concelhos mais turísticos, como nos mais para o interior, seria uma possibilidade de fixar casais jovens, o que contribuiria para uma maior dinâmica do Concelho. Como é costume, e como a proposta do Executivo se mantém ao longo dos anos, a nossa posição também se mantém e vamos votar contra, conforme a declaração de voto que apresento." A declaração de voto é anexada a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. ---

-- Passou-se à votação, tendo o ponto número seis sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor do PSD e dois Independentes e cinco votos contra do PS e

dois da CDU. Foi decidido que a acta seria aprovada em minuta. Prosseguiu-se com a ordem de trabalhos, introduzindo o último ponto, relativo ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

-- A Senhora Paula Borges disse que "venho apresentar-vos, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, uma proposta de alteração do Regimento que vai ser submetida à aprovação desta Assembleia. O Regimento não é um regulamento municipal igual aos outros, já que ele é composto por dois tipos de normas jurídicas, tem normas cujo teor é imperativamente imposto pela Constituição e pela Lei dos Órgãos e das Competências das Autarquias Locais, a título de exemplo, temos os artigos quarto e quinto do Regimento que ilustram bem estas normas que são imperativas. Por outro lado, tem ainda normas que, no respeito pelos direitos conferidos pelo Estatuto dos Eleitos e pelo Estatuto do Direito da Oposição, resultam já do exercício do poder de auto-regulamentação que é confiado pela Lei aos membros desta Assembleia Municipal, através da aprovação do Regimento. Penso que não é exagerado afirmar que a versão do Regimento que temos à aprovação hoje, como o resto das versões apresentadas e aprovadas em mandatos anteriores, incorpora e manifesta, forçosamente, uma certa visão de como deve ser o efectivo exercício da Democracia representativa no quadro jurídico definido para a prossecução das atribuições que estão confiadas ao Município. Esta versão do Regimento tem, salvo melhor opinião, um indiscutível conteúdo político, se a política for entendida num sentido mais amplo. É neste contexto que cumpre realçar o modo como surge esta proposta de alteração. A Comissão a quem foi confiada a tarefa de redigir a proposta foi dirigida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com representantes de todos os partidos políticos que a integram, pelo grupo municipal do Partido Social Democrata participaram ainda o líder da bancada, o Doutor Biencard Cruz e eu própria; pelo grupo municipal do Partido Socialista participaram o Senhor António Milhano e o Doutor Samuel Estêvão; pelo grupo municipal do Partido Comunista Português, o Senhor Armando Madeira. Não posso deixar de realçar a forma empenhada, frontal, construtiva e, sobretudo, leal com que decorreram os trabalhos e que foi determinante para que tenha sido possível apresentarmos esta proposta conjunta. Feitas estas considerações preliminares, resta-me apresentar os princípios subjacentes às alterações que submetemos à aprovação de Vossas Excelências e que me permite sintetizar em quatro linhas de força: a enunciação explícita do quadro normativo habilitante de natureza suprarregulamentar para o exercício dos poderes funcionais inscritos no corpo do Regimento; a actualização terminológica decorrente de alterações legislativas, como é o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis, o IMI, que aqui estivemos a discutir e que veio substituir a Contribuição Autárquica; a sistematização, clarificação e densificação normativa dos poderes de direcção dos trabalhos Assembleia; a distribuição de tempos pelos membros da Assembleia Municipal, de forma mais equitativa, com vista a assegurar o regular funcionamento da sessão e o cumprimento integral da ordem de trabalhos. Penso que a enunciação destes princípios orientadores ilustra de forma suficientemente clara o sentido da proposta que vai ser submetida a aprovação." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Terminado o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com a participação do público. -----

-- O Senhor Rui Rocha, de Arroeiros, Igreja Nova, interveio, dizendo que "o que me traz aqui é o Parque Eólico do Faião. Em dois mil e três, este tema já foi lançado à praça pública e, nessa altura, a população da Igreja Nova reuniu-se, não gostaram do plano eólico para a região de Mafra e que fosse instalado na Igreja Nova, não quer dizer que nós sejamos contra, mas não gostámos da forma como estavam dispostos os geradores eólicos, nomeadamente aqueles que estavam no meio de casas, muitas vezes cumpriam por uma fronteira muito curta os espaços estipulados por Lei. Nessa altura, reuniram-se em Assembleia de Freguesia várias pessoas da Igreja Nova e decidiu-se realizar um abaixo-assinado, que foi sufragado por oitenta por cento da população, mostrando o seu descontentamento com esse

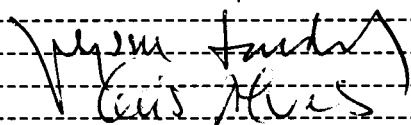
parque eólico. Este abaixo-assinado foi apresentado na Assembleia de Freguesia, no Ministério da Energia e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra. hoje em dia, passaram-se já alguns anos, e fomos confrontados com a situação de que o Ministério da Energia já tem licenciado esse parque eólico. Esse parque eólico está licenciado desde dois mil e cinco, ou seja pouco tempo depois do abaixo-assinado foram metidos novamente os papéis para o mesmo projecto, isto pelo que nós sabemos. O que me traz aqui, na realidade, é exactamente pedir à Câmara Municipal de Mafra que nos informe devidamente como é que está o ponto de situação desse projecto, datas, porque se, naquela altura, oitenta por cento da população da Igreja Nova mostrou descontentamento, acho que é legítimo sermos informados, actualmente, de como está esse processo. Também pergunto, acha que oitenta por cento da população não é mais do que representativo legítimo que nós sejamos informados em primeira mão, que possamos, um pouco, estipular e gerir um pouco o espaço onde vão ser implantados esses geradores eólicos? Nós temos um conhecimento mais correcto dessas necessidades." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "há aqui algumas incorrecções que convém, desde já, esclarecer, independentemente de uma explicação mais cabal do que se está a passar. Disse que o Ministério da Energia licenciou, não é verdade, o que foi feito é que autorizou, em sorteio, uma ligação de determinados quilowatts de produção num ponto de luz específico. Compete ao investidor procurar nos sítios disponíveis, de acordo com medições nos locais. Nada está licenciado pela Câmara Municipal, que é a única entidade que licencia a fixação das torres na Igreja Nova, portanto se andou lá alguém a fazer, é por sua conta e risco. Houve uma primeira intenção de implantação que foi chumbada. Neste momento, estou à espera que a empresa Gamesa me apresente o projecto de licenciamento, com vista à sua definição criteriosa e cuidada. Devo dizer, também, que o Senhor Presidente da Junta tem-se preocupado e tem acompanhado comigo, tal como o Executivo da Junta, estas situações todas." -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando passavam dezassete minutos das vinte e três horas. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: o Senhor Daniel Marchante. O Senhor Paulo Jorge da Conceição Ricardo, o Senhor Manuel Maria Pimenta e o Senhor Nuno João da Cruz Sardinha justificaram a sua ausência. O Senhor Nuno João da Cruz Sardinha foi substituído pelo Senhor José Lourenço Alves do Nascimento e o Senhor Manuel Pimenta pelo Senhor José Azevedo Rua. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís Alves

✓
Aprovado por unanimidade
26 PSD, 2 CDU e 2 Indp
e 5 votos contra do PSD

CDU – Coligação Democrática Unitária

✓
de

PROPOSTA

Face à proposta governamental, de alteração à actual Lei das Finanças Locais e às implicações gravosas que a aprovação da mesma acarretará, para a grande maioria dos Municípios, prevendo-se que a curto prazo muitos deles entrem em situação de insolvência, a CDU propõe a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária para discussão da proposta em causa e possível tomada de posição.

Pelo Grupo Municipal da CDU

Maфра, 28 de Setembro de 2006



ANEXO 077



Aprovação em sessão
de 28 de Setembro
abstenções

N 6

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra e respectivos
Membros da Mesa;
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra;
Exmos. Senhores Vereadores;
Digníssima Assembleia

Passada que está a época de incêndios, deste ano atípico em termos de meteorologia e pese embora seja ainda cedo para efectuar um balanço rigoroso dos acontecimentos, é inegável que este ano a área ardida foi muito inferior ao que se tem verificado em anos anteriores.

Poderíamos aqui elencar diversas explicações para esse efeito como a meteorologia, as novas regras de coordenação dos diversos meios de vigilância e combate, etc..., parece-nos no entanto de realçar a acção de um elemento - sem desmerecer as de outros - que evidenciou vontade de melhorar a forma como, a nível concelhio, se coordenava a acção dos diversos recursos.

Com discrição, mas sem timidez soube enfrentar os obstáculos e, mercê da sua competência e coragem, soube impor uma nova e eficaz dinâmica na actividade da Protecção Civil concelhia.

Reconhecendo porventura algum embaraço que esta moção poderá causar a uma pessoa que não procura o destaque, ainda assim pensamos ser justo distinguir a acção do Sr. Vereador Hélder Sousa Silva, pelo desempenho demonstrado na coordenação dos meios da Protecção Civil concelhia, ^{considerando} ~~pedindo~~ aos membros desta Assembleia que se associem ao Grupo Municipal do Partido Socialista na aprovação deste voto de louvor.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Mafra, 28 de Setembro de 2006

ANEXO DOIS

CDU – Coligação Democrática Unitária

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE SETEMBRO DE 2006

Declaração de Voto

Aceitando, naturalmente, o princípio segundo o qual as empresas sedeadas no Concelho de Mafra devem contribuir para o bem-estar da população do nosso Concelho, e compreendendo as razões que levam à implementação das Derramas, a CDU considera que o abaixamento da percentagem das ditas poderia contribuir, se bem que complementado com outras medidas, para a fixação de novas empresas no nosso Concelho, com a consequente abertura de novos postos de trabalho.

Esse facto leva-nos à abstenção na votação do ponto 5 da Ordem de Trabalhos.

Pelo Grupo Municipal da CDU



Mafra, 28 de Setembro de 2006

CDU – Coligação Democrática Unitária

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE SETEMBRO DE 2006

Declaração de Voto

Este Executivo sempre nos habituou a estabelecer a fixação das taxas máximas fixadas por lei.

A CDU continua a defender que taxas mais baixas fomentariam uma maior fixação de jovens casais no Concelho o que, conseqüentemente, o tornaria mais dinâmico e empreendedor, a nível de iniciativa privada.

É uma receita significativa para o orçamento Camarário?

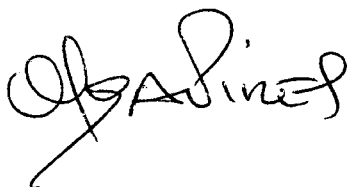
Se não, porque não aplicar taxas mais baixas?

Se serve para equilibrar o orçamento, porque é que também a este nível, tem de ser o cidadão comum, já tão sobrecarregado com impostos directos e indirectos, a colmatar lacunas orçamentais da responsabilidade do Executivo Camarário ou do Poder Central?

Nesse sentido, a CDU vota contra o Ponto Seis da Ordem de Trabalhos.

Pelo Grupo Municipal da CDU

Maфра, 28 de Setembro de 2006



CDU – Coligação Democrática Unitária

Armando Madeira
Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal
de Mafra
24/9/06

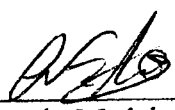
Requerimento

Exmo. Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Mafra

O Grupo Municipal da CDU, vem por este meio solicitar informação documentada, do projecto a desenvolver pela Câmara Municipal, na antiga Escola Primária situada no Largo do Freixo – Venda do Pinheiro

Mafra, 28 de Setembro de 2006

Pelo Grupo Municipal da CDU


(Armando Madeira)

CDU – Coligação Democrática Unitária

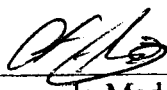
Requerimento

Exmo. Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Mafra

O Grupo Municipal da CDU, vem por este meio solicitar que lhe sejam facultadas todas as posturas municipais de alteração no trânsito, na vila da Ericeira, desde Janeiro de 2005.

Mafra, 28 de Setembro de 2006

Pelo Grupo Municipal da CDU


(Armando Madeira)

Armando Madeira
Exmo. Senhor Presidente
da Assembleia Municipal
de Mafra
28/9/06